



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CENTRO DE HUMANIDADES-CH
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA:

Um olhar sobre a implementação das diretrizes da
educação quilombola e suas implicações no currículo da
E.M.E.F. Firmo Santino da Silva – Caiana dos Crioulos-PB

**GUARABIRA-PB
2015**

LUCINEIDE INACIO DA CONCEIÇÃO

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA:

Um olhar sobre a implementação das diretrizes da educação quilombola e suas implicações no currículo da E.M.E.F. Firmo Santino da Silva – Caiana dos Crioulos-PB

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação Étnico-Racial na Educação Infantil como pré-requisito para obtenção do título de Especialista. Orientador Prof^o Dr.^o Wallace Ferreira de Souza

**GUARABIRA
2015**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C744e Conceição, Lucineide Inácio da
Educação escolar quilombola: [manuscrito] : um olhar sobre a implementação das diretrizes da educação quilombola e suas implicações no currículo Da E.M.E.F. Firmo Santino da Silva / Lucineide Inácio Da Conceição. - 2015.
54 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Educação Étnico Racial na Educação Infantil EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2015.
"Orientação: Wallace Ferreira de Souza, Ciências Sociais".

1. Educação Quilombola. 2. Currículo. 3. Diretrizes. 4. Contexto Sociocultural. I. Título.

21. ed. CDD 370

LUCINEIDE INACIO DA CONCEIÇÃO

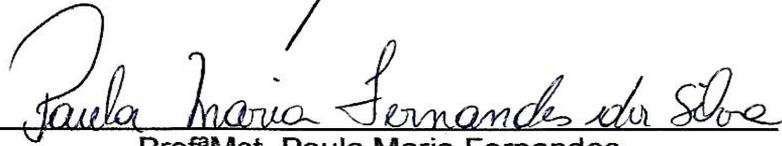
EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA:

Um olhar sobre a implementação das diretrizes da
educação quilombola e suas implicações no currículo da
E.M.E.F. Firmo Santino da Silva – Caiana dos Crioulos-PB

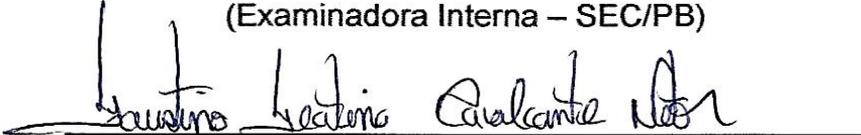
BANCA EXAMINADORA



Prof^oDr^o Wallace Ferreira de Souza
(Orientador – CDSA-UFCG/PPGA-UFPB)



Prof^aMst. Paula Maria Fernandes
(Examinadora Interna – SEC/PB)



Prof^oDr^o Faustino Teatino Cavalcante Neto
(Examinador Externo – CDSA-UFCG)

**GUARABIRA
2015**

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, por ter me ensinado tanto com seu silêncio.

À minha mãe por acreditar em mim e estar sempre ao meu lado dando forças para superar todos os obstáculos.

Aos meus queridos filhos, Genilson Filho e Yaclara Karolina que souberam superar a minha ausência.

A Luciano, dedico com amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, único que ilumina minha vida, que esteve sempre ao meu lado nos momentos de felicidades, nos mais tristes e angustiosos do meu viver. Que nas horas de dificuldades era o meu pendur e meu amigo. Fizeste me ver e sentir, com clareza, que estavas ao meu lado. Não poderia jamais deixar de te exaltar como reconhecimento maior e expressão sincera do meu amor, te homenageio.

Aos meus pais, por serem meus companheiros. Aos meus filhos por me darem tantas alegrias. Ao meu cônjuge que esteve sempre ao meu lado. À toda minha família. Aos meus verdadeiros amigos.

Aos mestres, neste momento em que o compromisso pede passagem, não tenho palavras para agradecer-lhes, pelo empenho e o carinho.

Aos ex-mestres, vocês plantaram a semente do saber do otimismo e do amor. Vocês são especiais para mim e o fato de eu ter lembrado de vocês agora é o maior sinal de toda a minha admiração.

Aos amigos colegas da universidade, neste momento de conquista e de alegria, sentimos a dura realidade da separação. Aquele aperto de mão, o abraço nos nossos encontros aos quais estávamos acostumados poderá durar meses, ou até anos..., trazendo-os apenas em nossas recordações. Aos que passaram juntos nesse ano, compartilhando momentos de dificuldades e de felicidades. Meus Parabéns!

É porque eu amo o mundo, que luto para que a justiça social venha antes da caridade.

Paulo Freire

LISTA DE FOTOS

	Pág.
Foto 1 Escola Firmo Santino da Silva.....	13
Foto 2 Identificação da Comunidade Caiana dos Crioulos	14
Foto 3 Terras da Comunidade Caiana dos Crioulos.....	15
Foto 4 Atividades desenvolvidas para a valorização da cultura étnico racial.....	40
Foto 5 Professora desenvolvendo oficina de turbante.....	41
Foto 6 Grupo de dança, alunos da Escola Firmo Santino da Silva.....	42
Foto 7 Comemoração da semana da Consciência Negra.....	43

CONCEIÇÃO, Lucineide Inácio da. **EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: um olhar sobre a implementação das diretrizes da educação quilombola e suas implicações no currículo da E.M.E.F. Firmo Santino da Silva – Caiana dos Crioulos-PB. Especialização em Educação Étnico-racial na educação infantil (Monografia).** Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, 2015.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar quais estratégias são utilizadas pelos educadores para a implementação das Diretrizes da Educação Quilombola e suas implicações no currículo da Escola Firmo Santino da Silva localizada na Comunidade Caiana dos Crioulos (PB). Desse modo foi trazido para a discussão a Educação Escolar, Educação Étnico-racial e a Educação Quilombola, a fim de compreender o processo de construção social e político da Educação Quilombola em seu espaço de luta e vivência. Assim, foram apresentadas as políticas educacionais referente à Educação Quilombola, das quais representam as conquistas desse processo educacional e a implantação da Diretrizes Curriculares quilombola no currículo da escola, localizada na Comunidade Caiana dos Crioulos, no município de Alagoa Grande-PB. E com enfoque o estudo aqui apresentado é fruto da pesquisa qualitativa realizada através do grupo focal com os professores da escola. E de levantamento bibliográfico buscando como suporte teórico, autores da área, além de artigos. Constatou-se, portanto, que a Educação Quilombola tem um papel fundamental na construção social e política dos educandos, visto ainda como uma política educacional, oriunda das lutas do movimento negro carrega em si não apenas um contexto de práticas educativas, mas um elemento que representa os saberes do espaço físico e social chamado Quilombo.

Palavras chave: Educação Quilombola, Currículo, Diretrizes, Contexto Sociocultural

ABSTRACT

CONCEIÇÃO, Lucineide Inacio da. **EDUCATION SCHOOL QUILOMBOLA**: a look about implementation of the guidelines of the quilombola education and its implications in the curriculum EMEF Firmo Santino da Silva - Caiana of Creole-PB. Specialization in ethnic-racial education in early childhood education (Monograph). State University of Paraíba-UEPB, 2015.

This study aims to analyze what strategies are used by educators to implement the Guidelines Quilombola Education and its implications in the curriculum Firmo Santino School Silva located in the Community Caiana of Creoles (PB). Thus it was brought to the discussion to School Education, Ethnic and racial education and Quilombola Education in order to understand the process of social and political construction of the Quilombo Education in your space of struggle and experience. Thus, educational policies were presented regarding the Quilombo Education, which represent the achievements of this educational process and the implementation in the Curriculum Guidelines quilombo in the school curriculum, located in the Community Caiana of Creoles in the city of Alagoa Grande-PB. And focusing the study presented here is the result of qualitative research through focus groups with school teachers. And a literature seeking theoretical support, authors of the area, as well as articles. It was found, therefore, that the Quilombola Education has a key role in social and political construction of the students, still viewed as an educational politics, derived from the struggles of the black movement carries with it not only a context of educational practices, but an element that is the knowledge of the physical and social space called Quilombo.

Keywords: Quilombo Education, Curriculum, Guidance, Sociocultural Context

SUMÁRIO

	PÁG.
1.INTRODUÇÃO.....	11
1.1 A questão problema.....	11
1.2 O contexto da pesquisa.....	13
1.3 A escolha e os objetivos.....	16
1.4 Marco teórico e o trajeto metodológico.....	16
1.5. A estrutura do texto.....	19
2. DIVERSIDADE, RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS E A EDUCAÇÃO ESCOLAR E QUILOMBOLA.....	20
2.1 Educação escolar e a diversidade.....	20
2.2 Educação Escolar quilombola.....	24
2.3 Diretriz Escolar Quilombola.....	25
2.3.1 Materiais didático.....	27
2.3.2 Alimentação.....	28
3. CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E A EDUCAÇÃO ÉTNICO RACIAL.....	29
3.1 O Currículo e a Escola.....	29
3.2 O Currículo escolar Quilombola.....	31
3.3 O Currículo escolar em foco.....	33
4. O CURRÍCULO COMO UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL: AS DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA E SUAS IMPLICAÇÕES NO CURRÍCULO DA ESCOLA “FIRMO SANTINO DA SILVA”.....	35
4.1 As principais dificuldades que os professores encontram para a implementação das diretrizes quilombola.....	35
4.2 Os avanços no currículo da escola após a elaboração do Projeto político pedagógico.....	37
4.3 A relação comunidade, família e a Escola “Firmo Santino da Silva”.....	43
4.4 Análise dos dados.....	45
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
6. REFERÊNCIAS.....	48
7. APÊNDICES.....	50

1. INTRODUÇÃO

Educação (...) refere-se no processo de “construir a própria vida”, que se desenvolve em relações entre gerações, gêneros, grupos raciais e sociais, com intenção de transmitir visão de mundo, repassar conhecimento, comunicar experiências.

Petrolina Beatriz Gonçalves e Silva

1.1 A questão problema

Sabemos que a educação tem sido entendida como um direito social e um processo de desenvolvimento humano. Como pode ser observada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a educação corresponde a um espaço sociocultural e instrucional, responsável pelo trato pedagógico do conhecimento e da cultura. Daí a luta dos movimentos sociais e de maneira específica, do movimento negro brasileiro por uma sociedade mais justa e uma educação que valorize cada sujeito, dentre estes a população negra, sempre excluída da história.

Portanto, as leis¹ foram sancionadas tendo em vista impedir o racismo na sociedade brasileira, pois até então, no campo educacional, só tínhamos de concreto os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), que tratam da pluralidade cultural, mas por se tratar de um parâmetro e não de lei, não obrigou os educadores a inserirem a temática na sala de aula. Só em janeiro de 2003, com aprovação da lei 10.639/03, que alterou a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 9394/96 para incluir no currículo oficial a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira e Africana, é que, segundo Cavalleiro (2006), o estado brasileiro assume responsabilidade institucional de eliminar o racismo e a discriminação racial na escola. Porém, sabemos que uma lei não implica, necessariamente, uma mudança de práticas historicamente constituídas de desvalorização da história e da cultura do povo negro nas salas de aulas. Munanga (2005), organizador de 'Superando o Racismo na Escola', coloca a importância do educador e de seu preparo nas discussões culturais de buscar combater o racismo na escola, discutindo e refletindo sobre o tema. Assim, o autor completa o seu raciocínio com a seguinte declaração:

¹ Lei 10.639/03 que altera a LDB e torna obrigatório o ensino da História da África e Afro-brasileira na educação brasileira. A lei 11.645/08 que regulamenta a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena em todos os níveis de ensino.

Alguns dentre nós não recebemos na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminações dela resultadas colocam quotidianamente na nossa vida profissional. Essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial, compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã (MUNANGA, 2005, p. 15).

Como a escola constitui-se um dos principais mecanismos de transformação na vida de um povo. É papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano e de sua integridade, desenvolver no educando o respeito às diferenças e as características próprias de cada grupo étnico-racial. Pensando, portanto, em educação, como um processo que é inerente a realidade das comunidades. Ou seja, compreender a educação escolar como ação que contemple as especificidades do território de modo a assegurar que a mesma dialogue com suas necessidades históricas.

Neste sentido, a pesquisa partiu da seguinte questão problematizadora: Quais estratégias são utilizadas pelos educadores para a implementação das Diretrizes da Educação Quilombola e suas implicações no currículo da Escola “Firmo Santino da Silva”?

Nesse caso, ações educativas com a realidade sociocultural de uma comunidade quilombola passam a ser elementos categóricos nesta discussão, uma vez que se constituem em grupos sociais representados por elementos históricos, econômico, sociais e culturais representadas por seus hábitos e costumes.

É nesta direção, que pretendemos destacar a necessidade de uma educação especificamente voltada para a valorização da cultura e tradições do povo quilombola, respeitando as peculiaridades e demandas dessas comunidades, criando espaços de aprendizagem coletiva e incentivando a prática de encontros para estudos e trocas de experiências.

1.2 O contexto da Pesquisa

Foto1 Escola Municipal. De Educação Infantil e Fundamental “Firmo Santino da Silva”



A Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental “Firmo Santino da Silva”² localizada na área rural do município de Alagoa Grande. Há 14 km de distância da cidade, mais precisamente em Caiana dos Crioulos e comunidade quilombola reconhecida desde o ano de 2005. Dois anos depois de sua construção em 2002, a escola foi crescendo sua clientela e passou a funcionar com turmas do fundamental II. Atualmente funciona no turno da manhã com 6 turmas da educação infantil ao fundamental I, e no turno da tarde, com o fundamental II. A escola é formada por alunos da própria comunidade como também adjacentes: Sapé de Julião, Caiana do Agreste, Matinhas, Engenhoca e Sítio Imbira. Esses alunos são do fundamental II. Quanto ao espaço físico, ela possui 8 salas de aula, 1 secretaria, 2 sanitários (feminino e masculino) para os alunos, 1 banheiro para os funcionários e professores, uma cozinha e um pátio. A escola necessita de reparos, pois tornou-se pequena para a demanda da comunidade e adjacentes.

² Firmo Santino da Silva foi um homem influente na Comunidade Caiana dos Crioulos, dando suas contribuições nas tradições e crenças locais.

Foto 2 Identificação da Comunidade Caiana dos Crioulos



Fonte: Arquivo Pessoal de Luciene Tavares 2015

Caiana dos Crioulos é uma comunidade Quilombola localizada na zona rural do Município de Alagoa Grande na Paraíba, a cerca de 14 km do centro do município. Faz fronteira com os municípios de Matinhas, Serra Redonda e Massaranduba. Sua principal rota de chegada é uma rodovia (de terra) que liga Alagoa Grande à Campina Grande, passando por Massaranduba, com extensão total de 33 km. Essa rodovia foi aberta quando Oswaldo Trigueiro foi governador da Paraíba (1947-1951).

Possui atualmente cerca de 100 famílias, que vivem da agricultura local, que é fonte de subsistência, e da criação de pequenos animais. A comunidade conta com uma Associação de moradores, onde os associados se reúnem todo primeiro domingo do mês para debaterem os problemas encontrados na comunidade e buscarem possíveis soluções. Existe também uma ONG (Organização de mulheres Negras de Caiana – OMNC), voltada para a saúde da população negra e o combate ao preconceito e a discriminação racial, onde tem parceria na questão de formação com a BAMIDELÊ – Organização de Mulheres Negras na Paraíba e a Cunhã coletivo Feminista – João Pessoa.

Foto 3 Terras da comunidade Caiana dos Crioulos



Fonte: Arquivo pessoal de Lucineide Inácio 2015

Caiana dos Crioulos vive até hoje valorizando a sua cultura, buscando fortalecer suas manifestações culturais, em especial a ciranda e o coco de roda. Além de dois grupos de Ciranda e Coco de Roda, Caiana conta também com um grupo de dança afro o “Cor da Terra”, um grupo de capoeira e uma bandinha de pífano remanescente da banda de pífano fundada pelo maestro autodidata, Firmo Santino da Silva, hoje falecido, que dá nome à escola da comunidade, um grande incentivador do cultivo das tradições afrodescendentes, como a ciranda, o coco de roda, as rezas, a culinária e outras. Desse modo, o território quilombola Caiana dos Crioulos veio se constituindo ao longo dos séculos por suas tradições, forma de organização, o pertencimento ao lugar e ao grupo, as relações de parentesco, sociabilidade e religiosidade.

O quilombo, que é um dos patrimônios culturais da Paraíba e no passado chegou a ter por volta de dois mil habitantes, descendentes diretos de escravos que se instalaram por lá entre os séculos 17 e 19, supostamente vindos de Mamanguape, após uma rebelião ocorrida em um navio que aportou em Baía da Traição nesse período. Outras duas versões, contudo, dão conta de que Caiana surgiu de negros fugidos de Palmares ou de escravos abolidos de Areia, libertos antes da Lei Áurea.

Mais de noventa por cento de seus habitantes detêm ancestralidade africana, o que possibilitou, junto com a historiografia do local, que a comunidade fosse

reconhecida em maio de 2005 pela Fundação Cultural Palmares como sendo um dos treze legítimos quilombos brasileiros.

1.3 A escolha e os objetivos

O interesse em apresentar esta pesquisa surgiu nas aulas de Educação quilombola no curso de especialização em Educação Étnico-Racial na Educação infantil e por ter tido a experiência de lecionar no 1º ano do Ensino Fundamental na Escola “Firmo Santino da Silva”, no ano de 2005. No período que lecionei na escola, a comunidade não era tão vista pela sociedade, estava dando seus primeiros passos para o seu auto reconhecimento como quilombola, não tinham conhecimentos do que seria uma educação e um currículo voltado para as relações étnico-raciais e, tampouco, quilombola. Trata-se da discussão pela qual está servindo de subsídio para produção acadêmica referente à Educação Quilombola na comunidade Caiana dos Crioulos em Alagoa Grande – PB.

A proposta baseia-se em analisar como os educadores que atuam E.M.E.I.F. “Firmo Santino da Silva” têm direcionado seu currículo para a implementação das Diretrizes quilombolas, o que tem sido trabalhado nessa escola, e se está de acordo ou confrontam com a realidade social e cultural apresentada nesta comunidade. Assim, o objetivo deste trabalho é refletir e contribuir com a discussão acerca da importância de uma educação que contemple a educação quilombola e suas respectivas diretrizes curriculares nacionais.

No caso específico deste trabalho, o campo da política educacional quilombola será tomada como objeto de análise, partindo do pressuposto de que a escola brasileira parece ainda não ter desenvolvido esforços na tentativa de direcionar suas propostas metodológicas teóricas e práticas para suprir a concepção positivista que permeia seus currículos.

1.4 Marco teórico e o trajeto metodológico

Investigar a educação escolar quilombola nos remete à aproximação de uma abordagem qualitativa. No enfoque qualitativo, os dados são analisados

considerando-se o contexto, isto é, as narrativas e/ou dados documentais são lidos e discutidos a partir do sentido do significado sem perder a forma o conteúdo, buscando aproximação com a realidade. A pesquisa favorece uma visão dos fenômenos, levando em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas. Os sujeitos envolvidos na pesquisa estão inseridos em um contexto social, cultural, econômico e político que presumidamente exercerão influência sobre os dados coletados.

Assim, Chizzotti (2010) “nos lembra que a pesquisa nas ciências humanas se favorece do saber acumulado na história humana e investe no interesse em aprofundar as análises e fazer novas descobertas em prol da vida humana”. Isto requer que o pesquisador tenha presente concepções que irão nortear sua ação, as práticas que pontuam para a investigação, os procedimentos e técnicas que seleciona para executar o trabalho e os instrumentos que contribuirão no fazer da pesquisa. Esta busca, que pode vir atenuada de perplexidade, necessita de algumas orientações fundamentais para o processo de pesquisa. Os conhecimentos apresentam relativa síntese plausível e consistente, sob certas circunstâncias ou condições, dependendo dos métodos, das teorias, das temáticas escolhidas pelo pesquisador. Dessa forma, se faz necessária a definição de concepções teóricas que nortearão esse processo.

Neste sentido, para a realização da pesquisa, buscou-se apoio em alguns autores, em especial Cavalleiro (2006), Munanga (2005), Chizzotti (2010), Candau (2002), Gomes (2006). Esses autores nos permitem uma reflexão sobre como a diversidade étnico-racial tem sido discutida em nível nacional. Aliados a esses estudos, outros autores foram importantes para a compreensão da complexidade dessas questões no currículo. Ressaltamos as abordagens feitas por Moreira e Candau (2006), Moreira e Silva (2011).

No campo da metodologia, a que melhor responde a este trabalho é a pesquisa qualitativa com base no recurso técnico grupo focal, definida como:

Uma técnica de discussão não diretiva em grupo, que reúne pessoas com alguma característica ou experiência comum para discussão de um tema ou área de interesse. Tendo em foco um determinado assunto, a discussão não busca o consenso, mas levantar as diferentes opiniões, atitudes, pensamentos e sentimentos, expressos verbalmente ou não, em um tempo relativamente curto (PLACCO,2005, p.302).

O Grupo Focal³ é uma técnica de pesquisa cada vez mais utilizada, onde permite ao pesquisador associar às outras técnicas. Portanto, o grupo focal constitui-se em uma metodologia de pesquisa qualitativa, cuja finalidade é desvendar as percepções e sugestões sobre temas relacionados ou relevantes a um determinado grupo por meio de uma conversa que estimule todos a darem sua opinião. Sua aplicação é simples e dinâmica.

Participaram desta pesquisa educadores que atuam na Escola “Firmo Santino da Silva” no ensino fundamental I. Foi realizada uma sessão de grupo focal com seis educadores da referida escola. Neste encontro, a pesquisadora desempenhou também o papel de mediadora.

O encontro aconteceu em uma sala de aula da escola, onde os professores foram convidados a sentarem nas cadeiras em círculos, facilitando a utilização dos gravadores de áudio e o contato entre si. De início, distribuimos papel para anotações e explicamos que as identidades dos participantes seriam mantidas em sigilo. A seguir, realizou-se uma apresentação explicando o trabalho, o objetivo do encontro, bem como a escolha dos participantes, a forma de registro e a assinatura do termo de consentimento para a utilização dos dados pela pesquisadora.

O grupo focal teve início com a apresentação dos participantes. Alguns professores, no início, estavam tímidos cada um esperando o outro se expressar, mas depois ficaram à vontade na interação e respeitaram a falar do seu colega, atendendo às orientações da mediadora para que as gravações não fossem prejudicadas. No decorrer do grupo focal alguns professores participaram mais, sempre dando sua opinião e demonstrando interesse no tema que estava em foco. No final do encontro agradecemos pela acolhida e a contribuição de todos.

³Orienta-se que o grupo seja composto de no mínimo um facilitador e um relator, cujas funções principais são, obter os dados desejados de maneira a envolver todos os participantes e registrar por meio de anotações ou com o auxílio de gravadores de áudio ou vídeo as informações emitidas pelos participantes do grupo, lembrando que é imprescindível o resguardo e o sigilo da fonte para evitar qualquer constrangimento aos participantes.

1.5 A estrutura do texto

Assim, o trabalho está sistematizado de acordo com os resultados da pesquisa seguindo uma sequência dos passos sob os quais desenvolvemos os seguintes capítulos: No primeiro capítulo, discute-se a diversidade, relações étnicas raciais e a educação escolar e quilombola a partir de algumas concepções sobre Educação escolar, políticas educacionais para a diversidade e educação quilombola.

O segundo capítulo trata o currículo, na educação quilombola e a educação étnico racial, nessa discussão o currículo escolar quilombola se faz necessário reconhecer a identidade e a cultura quilombola, tais como são, e perceber que elementos podem e devem ser transformados em conteúdos escolares, isto é, com o mínimo de concordância e diálogo com essas comunidades.

O terceiro capítulo objetiva a análise dos dados considerando a apresentação dos lócus de pesquisa, a escola, a análise sobre a implementação das diretrizes quilombolas no currículo da Escola “Firmo Santino da Silva”.

E, na conclusão apresentamos algumas considerações, acerca das reflexões a temática abordada na pesquisa por meio dos saberes culturais no contexto de uma Educação Quilombola diante de concepções teóricas apresentada neste trabalho.

2. DIVERSIDADE, RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS E A EDUCAÇÃO ESCOLAR E QUILOMBOLA

Políticas públicas no âmbito educacional têm sido implementadas por uma educação que contemple a diversidade étnico-racial e cultural do povo brasileiro, considerando a multiplicidade de culturas existentes e a necessidades de tratá-las no ambiente escolar. A educação para as relações étnico-racial pressupõe a inclusão da história e cultura dos diferentes grupos étnicos no currículo escolar, com especial atenção ao contexto onde a escola está inserida. Entretanto, não há como negar que a educação deve ser um processo amplo de construção de saberes culturais e sociais que fazem parte do sentido humano e que a mesma, deve promover o objetivo maior da escola, como formadora de conceitos e responsável no trato da diversidade étnico-racial.

2.1 Educação escolar e a diversidade

A educação é um processo de desenvolvimento humano, a partir do qual as pessoas se apropriam da cultura e tornam-se humano, é por ela que se dá o processo de humanização. Em outros termos, é o processo que imprime nas pessoas suas características culturais. A escola, por sua vez, consiste na instituição socialmente definida como espaço para a apropriação de um tipo de conhecimento produzido pela humanidade, o conhecimento científico. A escola, neste contexto, mais que transmissora da cultura, passa a ser concebida como um espaço de conflitos e diálogos entre as diferentes culturas. É importante pensar a escola como espaço sociocultural e devemos considerar as propostas que valorizem, que respeitem as diversidades culturais e os processos de interação e transformação do sujeito. Nesse contexto, devemos compreender a escola como um espaço sociocultural de diferentes saberes, práticas educativas e identidades. Portanto, as práticas pedagógicas e, conseqüentemente, o próprio currículo das escolas devem, necessariamente, contemplar esta diversidade que se apresenta como processo

histórico do nosso país, particularmente no que tange a diversidade étnico-racial como característica da nossa sociedade.

Pontuamos esta preocupação, pois, durante muito tempo, a educação esteve submetida a um mecanismo de exclusão e divisão sócio cultural da população negra, uma vez que, o currículo eurocêntrico marca da educação escolar em nosso país, valoriza a cultura branca em detrimento da cultura negra, negando as vivências desta população. Tal orientação pedagógica, portanto, fragiliza o respeito e a formação das identidades múltiplas, especialmente nas comunidades quilombolas, que se configuram como nosso campo de estudo, especificamente, as experiências educativas e a organização do currículo na escola inserida nesta comunidade, como já mencionado.

Salientamos, ainda, que a luta do povo negro ao longo da história colocou na pauta da organização do estado brasileiro suas demandas específicas, tomando como ponto de partida o processo de exclusão da população negra dos direitos sociais, patrimônio da nossa própria condição de seres humanos. É importante destacar que a garantia de direitos não promove sua concretização. São as ações políticas efetivas e afirmativas que irão demonstrar o compromisso com tais direitos.

Historicamente podemos destacar como exemplo desta distância entre o previsto na lei e a prática cotidiana as conquistas constitucionais de 1988, quando o Brasil busca efetivar a condição de um Estado democrático de direito, com destaque na dignidade da pessoa humana. Porém, possui uma estrutura burocrática marcada de preconceitos, racismo e discriminação aos afrodescendentes que, historicamente, enfrentam dificuldades para o acesso e a permanência nas escolas, demonstrando que:

O racismo e as práticas discriminatórias disseminadas no cotidiano brasileiro não representam simplesmente uma herança do passado. O racismo vem sendo recriado e realimentado ao longo de toda a sua história.⁴ (BRASIL,2001).

⁴Documento oficial levado à III conferência Mundial contra o racismo, a Discriminação Racial, a xenofobia e as Formas Correlatas de Intolerância. O governo federal estabeleceu um Comitê Nacional, composto prioritariamente por representantes de órgãos do governo e da sociedade civil organizada. Também, entidades dos movimentos negros, indígena, de mulheres, de homossexuais, de defesa da liberdade religiosa mobilizaram-se intensamente nesse diálogo. Com o término da conferência, diante da declaração e do programa de Ação, estabelecidos em Durban, exige-se da sociedade civil o monitoramento para que os resultados sejam respeitados e as medidas reparatórias sejam implementadas (BRASIL, 2001).

Vale ressaltar, portanto, as reivindicações dos Movimentos Negros pela superação do racismo no decorrer da história do nosso país. Como resultado dessa luta histórica do povo negro, foi sancionada a Lei Federal 10.639/03, que altera a lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96, tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Afro – brasileira e Africana no currículo escolar da Educação Básica. Em consequência, criam-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico – raciais que estabelecem a inclusão de conteúdos sobre a História e a Cultura Africana e Afro–brasileira no currículo e orienta novas práticas e atitudes pedagógicas no processo de formação nacional.

A lei coloca na pauta da educação nacional o processo educacional e sócio político do negro brasileiro ao longo da história nacional até a sua atual condição social, contexto jurídico normativo que a literatura define como compoendo as políticas afirmativas. Portanto, podemos indicar como um dos principais objetivos da lei a divulgação e produção de conhecimentos, bem como atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnica- racial. Tornando esses cidadãos capazes de interagir objetivos comuns que garantam respeito aos direitos legais e a valorização da identidade cultural brasileira e africana, como outras que diretamente contribuíram para formação da identidade cultural brasileira.

Diante do exposto, trazemos o olhar para a História e Cultura Africana na sala de aula ou em todo espaço escolar, na qual se faz necessário pensarmos o que é a escola e qual é o seu papel, sendo que esta não se apresenta apenas como um palco de reprodução social e cultural, mas como um ambiente de saberes revelado nas diversas dimensões sociais que simbolizam pluralidades de tempo, espaço e modo de vida de diferentes grupos sociais. E devemos pensar também nas ações afirmativas para vivenciar uma igualdade de oportunidades na sociedade. Neste sentido, Gomes apud Munanga (2005, p.147), enfatiza que:

Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/ realidade social/ diversidades étnico-cultural é preciso que os educadores (as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a cultura, as relações raciais, entre outras. E trabalhar com essas dimensões não significa transformá-la em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida no próprio cotidiano escolar. Dessa maneira, poderemos construir coletivamente novas formas de convivência e de respeito entre professores, alunos e comunidade (GOMES apud MUNANGA, 2005, p.147).

Assim, é importante que os educadores e toda comunidade escolar, estejam atentos, com olhares críticos e positivos, tanto nas perspectivas étnico-racial, quanto nas culturais, religiosas e demais diversidades existentes. Neste aspecto, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais apresentam algumas proposições quanto ao ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, nos quais é válido destacar algumas determinações, como:

E importante destacar que não se trata de mudar o foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeu por uma africana, mas ampliar o foco dos currículos escolares para diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira[...], História da África, tratada em perspectiva positiva, não só de denúncia da miséria e discriminações que atingem o continente, nos tópicos pertinentes se fará articuladamente com a história dos afrodescendentes no Brasil e serão abordados temas relativos: - a história da ancestralidade e religiosidade africana(...) como civilizações que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da humanidade (BRASIL 2009, p.17).

Assim, a escola e o currículo escolar podem procurar desconstruir as identidades estereotipadas e proporcionar a construção de estratégias de promoção da igualdade racial no cotidiano da sala de aula, como de valorização das diferentes identidades em construção presente no processo escolar.

Percebe-se que a efetivação da legislação educacional entende que a comunidade escolar deve posicionar-se na defesa da democracia e da humanização na escola, para assegurar a aprendizagem. Assim, a escola deve ver o estudante em seu desenvolvimento biológico, psicológico, social e cultural, para “que considere seus interesses e de seus pais, suas necessidades, potencialidades, seus conhecimentos e sua cultura”. (BRASIL, 2009, p.7). É nesta direção, que pretendemos destacar a necessidades de uma educação voltada para atender as demandas no campo sociocultural. Atender essa pluralidade ainda pode ser considerado como um grande desafio, porém já estamos apresentando nossas primeiras conquistas para uma educação que respeite as especificidades culturais e sociais dos sujeitos. Sendo assim, buscamos direcionar os olhares a respeito da Educação Escolar Quilombola.

2.2 Educação escolar quilombola

Pensar uma educação escolar quilombola representa uma mudança político pedagógica, de uma perspectiva que desqualifica e inferioriza as experiências civilizatórias negras fomentadas na diáspora, para uma perspectiva que assume as especificidades dos grupos remanescentes de quilombolas como principal eixo organizador do espaço escola. Esta mudança, por sua vez, acontece a partir das lutas dos movimentos negros organizados, sobretudo, no período pós-ditadura (1985), com a promulgação da nova Constituição Brasileira (1988), na qual o Estado brasileiro busca em seus artigos legitimar a democracia, mediante o direito à cidadania e a dignidade humana do povo negro.

A educação quilombola vem conquistando espaço em debates e políticas educacionais no cenário brasileiro e não se concretiza sem reconhecer a existência da comunidade, de sua realidade histórica e do sujeito que nele vive, compreendendo seus processos culturais, sua socialização e as relações em suas práticas cotidianas. Nesse sentido, para todo segmento negro, e para os quilombolas em especial, os vínculos entre educar e formar são ancestrais, não são atributos exclusivos da escola; ancestralidade é tudo o que antecede, o que somos, por isso ela nos forma. O vínculo entre educação com as relações étnico-raciais, sendo um processo que implica trocas, nos faz crer que a feitura de uma escrita só tem sentido se ela também se constitui desta forma: troca entre pessoas, entre fatos, ou seja, entre o escrito e o vivido.

Considerando que a educação é um processo que faz parte da humanidade e está presente em toda e qualquer sociedade, podemos assim dizer que a Educação Quilombola é aquela própria de um povo, diversa e vinculada a uma especificidade cultural. Na maioria destas comunidades, a socialização dos conhecimentos das tradições, do “ser quilombola” se dá a partir de convivência e observação dos mais velhos, tendo a tradição oral como mais importante meio de transmissão do conhecimento.

2.3 Diretrizes Escolares Quilombolas

É importante considerar que a aplicabilidade da lei 10.639/03 e seus objetivos expressos nas Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico- Raciais reafirma o objetivo de valorizar e assegurar a diversidade étnico-racial, tendo a educação como instrumento decisivo para a promoção da cidadania e do apoio às populações que vivem em situações de vulnerabilidade social. Outro documento primordial na educação brasileira atualmente que aborda a temática é a resolução 08/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, representando um marco histórico em relação à Educação Escolar Quilombola e às lutas do movimento negro no Brasil. A elaboração das Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola segue as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. De acordo com tais Diretrizes:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural (Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola, 2012, p.42)

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Quilombola definem como a União, Estados e municípios devem pensar e planejar as ações voltadas para essas comunidades. O documento teve como relatora a Dr^a. Nilma Lino Gomes⁵, tendo sido homologado em 20 de novembro de 2012. O mesmo define a Educação Quilombola como sendo os espaços educacionais localizados dentro dos territórios quilombolas, portanto contemplando as especificidades de suas terras e cultura. Tendo, portanto, como eixo condutor e problematizador das ações

⁵ Uma pedagoga brasileira. Tornou-se a primeira mulher negra do Brasil a comandar uma universidade federal, ao assumir o comando da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em 2013. Em 02 de outubro de 2015 foi nomeada pela presidente Dilma Rousseff para ocupar o novo Ministério da Cidadania, que unirá as secretarias de Políticas para Mulheres, Igualdade Racial, Direitos Humanos e parte das atribuições da Secretária-geral.

educativas e da própria organização do curricular escolar o respeito à dimensão étnico-cultural das comunidades e os respectivos modos de ser de cada comunidade quilombola, bem como, seus aspectos morais, seus valores e práticas sociais, suas manifestações e que não se feche ao diálogo com as transformações cotidianas que vivemos.

Nas Diretrizes encontramos a abrangência da Educação Escolar Quilombola, que perfaz todo Ensino Básico que compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação Especial, a Educação Profissional e Técnica de Nível Médio, Educação de Jovens e Adultos e a Educação a Distância. Nesse caso, o documento estabelece as seguintes atribuições:

§1º A Educação Escolar quilombola na Educação Básica:

I- Organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e se alimentado:

- a) da memória coletiva;
- b) das línguas reminiscentes;
- c) dos marcos civilizatório;
- d) das práticas culturais;
- e) das tecnologias e formas de produção do trabalho;
- f) dos acervos e repertórios orais;
- g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo país;
- h) da territorialidade.

II- Compreende a Educação Básica em suas etapas e modalidades, a saber:

Educação infantil, Ensino fundamental, Ensino Médio, educação do Campo, educação Especial, Educação profissional Técnica e Nível Médio, Educação de Jovens e Adultos, inclusive na Educação a Distância.

III- destina-se ao atendimento das populações quilombolas rurais e urbanas em mais variadas formas de produção cultural, social, política e econômica. (BRASIL,2012 p. 479).

Portanto, os sistemas de ensino na organização das atividades contempladas nas escolas quilombolas e nas que recebem estudantes originários de territórios quilombolas deverão considerar as orientações dadas pelo art. 23 da LDB e sua relação com as demandas e qualidades dessas comunidades. É necessário um maior diálogo entre elas, o vínculo afetivo, familiar, territorial, cultural e religioso, aspectos importantes, para contribuir no fortalecimento da identidade quilombola. Quanto ao Ensino Fundamental nas comunidades ficam instituídas as seguintes atribuições:

Art.17- o Ensino fundamental, direito humano, social e público subjetivo, aliado à ação educativa da família e da comunidade devem constituir-se em

tempo e espaço dos educandos articulado ao direito à identidade étnico-racial, à valorização da diversidade e à igualdade.

§1º(...)

§2º O Ensino Fundamental deve garantir aos estudantes quilombolas:

I- A dissociabilidade das práticas educativas do cuidar visando o pleno desenvolvimento da formação humana dos na especificidade dos seus diferentes ciclos de vida.

II- A articulação entre os conhecimentos científicos, os conhecimentos tradicionais e as práticas socioculturais próprias das comunidades quilombolas, num processo educativo dialógico e emancipatório;

III- Um projeto educativo coerente, articulado e integrado, de acordo com os modos de ser e de se desenvolver das crianças e adolescentes quilombolas nos diferentes contextos sociais;

IV- A organização escolar em ciclos, séries e outras formas de organização compreendidas como tempos e espaços interdependentes e articulados entre si, ao longo dos nove anos de duração do Ensino Fundamental, conforme a resolução. (BRASIL,2012 p. 484)

Para tanto, a escola deve se constituir como um espaço de diálogo entre o conhecimento escolar e a realidade local valorizando a noção de convivência, o trabalho, a cultura, a luta pelo direito à terra e ao território.

2.3.1 Material didático

O material didático escolar quilombola se apresenta como suporte na relação com as questões sociais e valorização da diversidade. Dessa forma, o material didático e de apoio pedagógico servem como subsídio para aprendizagem e conhecimento na formação do educando, quanto à sua identidade e princípios de fortalecimento dos seus direitos.

Os materiais da educação quilombola devem ser desenvolvidos pelo MEC com a participação de quilombolas e seus representantes. É necessário que haja parceria entre pesquisadores, quilombolas, grupos correlatos e instituições de ensino superior para confecção desse material. Com isso, o material didático nas escolas quilombola devem ser elaborados visualizando as comunidades como são, com suas especificidades, porém, sem que esses desconstruam seus significados e crenças. De acordo com as diretrizes curriculares quilombola.

O processo de produção e distribuição de material didático e apoio pedagógico para a Educação Escolar Quilombola deverá ainda está de acordo com a resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/nº 3/2004, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico- Racial e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, nos termos da Lei nº9.394/96 e na redação dada pela Lei nº 10.639/2003. (BRASIL,2012, p. 459).

A união, o estado, o Distrito Federal e o Município também deverão assegurar, por meio de ações, a aquisição e a distribuições de livros, obras de referência, literatura, materiais didáticos e de apoio pedagógico que valorizam e respeitem a história e a cultura das comunidades quilombolas.

2.3.2 A alimentação

Em relação à alimentação escolar destinada às escolas e seus estudantes das Comunidades Quilombolas há uma reivindicação histórica dos Movimentos Quilombola. Onde reivindicam uma alimentação escolar articulada com os seus hábitos alimentares, à sua dieta alimentar, aos modos de ser e de produzir das comunidades. Uma política de alimentação escolar na perspectiva quilombola deverá incluir, além de cuidados com as técnicas de plantio, colheita e conservação dos alimentos, os conhecimentos tradicionais da comunidade.

Uma alimentação escolar voltada para as especificidades das comunidades quilombolas rurais e urbanas envolve, ainda, questões ligadas à soberania alimentar, à sustentabilidade e ao etnodesenvolvimento que deverão ser consideradas pelas políticas educacionais.

3. O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA E A EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Mapear o trato que já é dado à educação étnico-racial pode ser um ponto de partida para novos equacionamentos da relação entre diversidade e currículo. Assim, seguindo esta proposta reflexiva, empreendemos esforços no sentido de pensar o trato dado a educação étnico-racial no currículo da educação escolar quilombola, particularmente na Escola Municipal “Firmo Santino da Silva” da comunidade Caiana dos Crioulos.

3.1 O currículo e a escola

Para Pacheco (2005), não existe uma “verdadeira” e “única” definição de currículo, que englobe todas as ideias relacionadas à estruturação, à organização, à realização e à avaliação das atividades educativas. Admitir-se-á que o currículo se define, essencialmente, pela sua complexidade, em que tudo é tecido junto o tempo todo.

Ou seja, trata-se de um conceito que não tem um sentido unívoco, pois se situa na diversidade de relações de forças e de conceitos em função das noções que se adotam, o que implica, por vezes, alguma imprecisão acerca da natureza e do âmbito do currículo. (PACHECO, 2005, p.34).

Assim, mesmo que assumamos sua dimensão de complexidade, a discussão sobre as práticas curriculares requer, na maioria das vezes em que é realizada, uma tomada de posição em relação ao que estamos entendendo por currículo.

Um currículo para a formação humana é aquele orientado para a inclusão de todos no acesso aos bens culturais e ao conhecimento (LIMA, 2006). Portanto, refletir, debater e criar ações concretas em relação à diversidade étnico-racial e o currículo escolar é de alguma forma possibilitar a revitalização da identidade, autoimagem, autoestima, o prestígio social e histórico dos discentes afro-brasileiros.

Na literatura educacional, o termo currículo tem diferentes significados, tais como: conhecimento escolar, conjunto de experiências de aprendizagem

proporcionadas ao estudante na escola (MOREIRA, 2011), ou um modo pelo qual a cultura é representada e reproduzida no cotidiano das instituições escolares (PEDRA, 2000 p.38).

Portanto, devemos considerar o currículo como um conjunto de diferentes elementos da cultura, exercida por diferentes sujeitos, em conflito ou confluência, segundo vários propósitos, interesses e condições de poder. Em termos gerais, o currículo engloba diferentes possibilidades, situadas entre aquilo que se planeja ensinar e o que é efetivado.

Segundo Silva (1995), no que se refere aos currículos escolares, chamou-se a atenção para a falta de conteúdos ligados à cultura afro-brasileira que estejam apontando para a importância desta população na construção da identidade brasileira, principalmente buscando a compreensão do respeito às diferenças. Portanto, é preciso refletir acerca de um currículo que esteja direcionado a diversidade, que trabalhe as suas significações no ambiente escolar.

Devemos, ainda, considerar que o currículo se refere a uma realidade histórica cultural e socialmente determinada e se reflete em processos didáticos, administrativos que condicionam sua prática e teoria. Essa dimensão dos tempos e espaços curriculares pressupõe profissionais da educação dispostos a reinventar e construir essa escola, numa responsabilidade compartilhada com as demais autoridades encarregadas da gestão escolar e pública, na busca de parcerias possíveis e necessárias, até porque educar é responsabilidade da família, do estado e da sociedade sobre a importância de uma abordagem sobre currículo, é necessário que além do que está registrado na lei, as escolas e os órgãos de educação responsáveis elaborem um currículo escolar que possa atender essa demanda da sociedade, compreender como estão organizadas as escolas e, no caso específico do nosso estudo as escolas quilombolas, tendo atenção para as práticas culturais que são estabelecidas nesses espaços.

Vale ressaltar que o currículo é um processo social no qual estão inseridos os conflitos sociais, culturais e os interesses marcados por ideologias, interligados a fatores relacionados à raça, gênero, língua e etnia. Ou seja, um currículo escolar construído com um olhar para diversidade cultural.

3.2 O Currículo Escolar Quilombola

Pensar uma educação com as comunidades quilombolas, portanto, um currículo escolar quilombola, se faz necessário reconhecer a identidade e a cultura quilombola tais como são, e perceber que elementos podem e devem ser transformados em conteúdos escolares, isto é, com o mínimo de concordância e diálogo com essas comunidades. É também necessário perceber como estão organizadas as escolas que atendem ou estão inseridos nos territórios quilombolas ou comunidades quilombolas. É importante considerar que o currículo escolar é um espaço político que deve ser usado em benefício da comunidade. Para tal, faz-se necessário abrir espaço, para maior participação da comunidade e dos movimentos sociais e construir outras formas de participação coletiva e de consultas, nas quais docentes, gestores, pedagogos e estudantes dialoguem com as lideranças quilombolas, pessoas da comunidade, anciãos, anciãs e educadores quilombolas. De acordo com o exposto em lei sobre a atribuição dos currículos na educação escolar quilombola, o documento traz algumas determinações como:

Art.34 o currículo da Educação Escolar Quilombola diz respeito aos modos de organização dos tempos e espaços escolares de suas atividades pedagógicas, das interações do ambiente educacional com a sociedade, das relações de poder presentes no fazer educativo e nas formas de conceber e construir conhecimentos escolares, constituindo parte importante dos processos sociopolíticos e culturais de construção de identidades.

§1º Os currículos da Educação Básica na Educação Escolar Quilombola devem ser construídos a partir de valores e interesses das comunidades quilombolas em relação aos seus projetos de sociedade e de escola, definindo nos projetos político- pedagógicos. (BRASIL, 2012.p.488)

Nesse sentido, o currículo deve ser concebido de modo flexível, adaptando-se aos contextos políticos e culturais nos quais a escola está situada, bem como aos interesses e especificidades de seus atores sociais. Assim, diz respeito aos modos de organização dos tempos e espaços da escola, das interações do ambiente educacional com a sociedade, das relações de poder presente no fazer educativo e nas formas de conceber e construir conhecimentos escolares.

Diante das atribuições estabelecidas pela Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012, o currículo escolar quilombola tem que ser construído

abrangendo valores e interesses das populações quilombolas no que diz respeito aos seus saberes e tradições. A legislação ainda reforça o que está estabelecido pelo Plano Nacional da Educação para as Relações Étnico-raciais, que vem garantir a necessidade em trabalhar nas escolas quilombolas a construção de um currículo que permita aos alunos conhecerem suas raízes históricas. É preciso entender o contexto sociocultural dessas comunidades, uma educação que envolva a história desses sujeitos sociais. É importante destacar um currículo escolar no qual as práticas pedagógicas se voltam para expressar o processo de socialização cultural das instituições escolares.

O currículo da Educação Escolar Quilombola deverá incluir as comemorações nacionais e locais no calendário, evitando limitar as datas comemorativas. O calendário escolar deverá ser elaborado com a presença dos estudantes e comunidade para que essas datas sejam discutidas e ressignificadas com a intenção de refletir sobre seus significados.

Já no que refere ao Projeto Político Pedagógico da Educação Escolar Quilombola, a sua elaboração deve partir de ações afirmativas que dialoguem com o plano escolar, com os conteúdos sobre diversidades étnico-racial, cultural e a preservação da tradição oral da identidade negra rural, da memória coletiva como propagadores da história quilombola contribuindo para que esse protagonismo continue na escola.

Segundo Silva, D. (2007), a construção do PPP é uma forma de a escola dar sentido ao seu saber fazer enquanto Instituição escolar. Nesse processo, ações são construídas, desconstruídas e reconstruídas. O ideal é que ela seja feita de forma participativa, envolvendo todos os sujeitos.

O projeto político pedagógico da Educação escolar Quilombola, um passo fundamental é elaborar um diagnóstico da realidade, num processo que envolva as pessoas da comunidade. Construir o PPP poderá ser uma forma de autoconhecimento da escola e seus profissionais e de conhecimento do seu contexto. Para elaborá-lo, é necessário envolver o coletivo da escola e da comunidade. Sabe-se que os quilombolas são portadores de uma sabedoria única e que devem ser considerados nos currículos formais ou nas atividades do cotidiano. E que o Movimento Negro, tem um papel fundamental na efetivação do

reconhecimento destes saberes através da atuação política em favor de uma educação quilombola de qualidade.

Quanto aos professores e gestores que atuam nessa modalidade escolar, segundo a diretriz, eles devem ser preferencialmente quilombolas. A proposta de que escolas quilombolas de qualidade sociocultural só será possível se à sua frente estiverem, como docente e como gestores, os próprios quilombolas, pertencentes às suas respectivas comunidades.

Os professores aparecem no cenário político e pedagógico como um interlocutor no processo de construção do diálogo, mediando e articulando os interesses da sua comunidade com os da sociedade nacional e com os de outros grupos, promovendo a sistematização e organização de novos saberes e práticas. Sendo assim, é preciso a união das Instituições de Ensino Superior e Núcleos de Estudos Afro-brasileiros para que se proporcione aos profissionais curso de formação continuada, com a participação de anciões da comunidade e das lideranças do movimento quilombola.

Um dos aspectos importantes a ser considerado na formação continuada é que os agentes escolares podem refletir sobre a sua prática, atualizando-se e se aprofundando em relação às necessidades educacionais que os envolvem. É importante considerar que, para aprender, os profissionais envolvidos necessitam em primeiro lugar, construir uma atitude ética para com a função social, sendo capaz de enfrentar com segurança, justiça e solidariedade todas as questões atuais relativas ao direito universal da educação para todos.

3.3 O Currículo Escolar em foco

Currículo é o conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção e a socialização de significados no espaço social e que contribuem, intensamente, para a construção de identidades sociais e culturais dos estudantes. A escola precisa acolher diferentes saberes, diferentes manifestações culturais, empenhar-se para se constituir em um espaço de heterogeneidade e pluralidade. Cabe às escolas desempenhar o papel socioeducativo, artístico, cultural, ambiental, fundamentadas no pressuposto do respeito e da valorização das diferenças, que dão sentido às ações educativas.

A Escola “Firmo Santino da Silva”, apesar de ser uma Escola Quilombola, não tem um currículo com a proposta das diretrizes curriculares quilombola. Ela não foge à regra, tem um corpo docente com poucos profissionais oriundos da comunidade, além da dificuldade para integrar as tradições da comunidade ao currículo oficial da rede pública. Como a maioria das escolas nos quilombos luta para se afirmar de fato como quilombola. Ao longo do tempo, muitas das escolas dos quilombos mantiveram alheias aos processos socioculturais da comunidade, sem se reconhecer, através do currículo, a identidade negra dos educandos e familiares.

Uma educação escolar quilombola tem suas especificidades estéticas e pedagógicas, não podendo estar presa a um currículo geral. Então, podemos rever nossos currículos a partir da flexibilidade na organização dos tempos e espaços curriculares, tanto no que se refere à base nacional, quanto à parte diversificada, de modo a garantir a inclusão dos saberes e procedimentos culturais produzidos pela comunidade, tais como as crenças, memórias, saberes ligados à identidade étnica, às suas organizações sociais, às relações humanas e manifestações artísticas.

O currículo da Educação Escolar Quilombola deverá considerar também as questões da liberdade religiosa, atuando de forma a superar preconceitos em relação às práticas religiosas e culturais das comunidades quilombolas, quer sejam religiões de matrizes africanas, quer não.

A educação escolar quilombola não deverá fugir do debate da diversidade religiosa e a forma como as escolas lidam com o tema. Em muitas escolas, assistimos a prática de ensino religioso que extrapolam o que está determinado no art.33 da LDB, a saber:

O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica de ensino fundamental, assegurando o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.
(Redação dada pela Lei Nº 9.475, de 22 de julho de 1997)

Com isso, as práticas curriculares e os projetos pedagógicos deveram contemplar à diversidade étnico-racial, religiosa e sexual, bem como a superação do racismo, da discriminação e preconceito racial.

4. O CURRÍCULO COMO UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL: AS DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA E SUAS IMPLICAÇÕES NO CURRÍCULO DA ESCOLA FIRMO SANTINO DA SILVA

A análise deste estudo através da pesquisa qualitativa, como técnica o grupo focal amplia a discussão sobre as diretrizes quilombolas e sua implementação no currículo da Escola “Firmo Santino da Silva” direcionado para as diferenças culturais.

Com esse olhar, Pacheco (2005) entende que o principal meio de ligação entre currículo e sociedade é a cultura e é neste âmbito que o conteúdo escolar se torna uma das questões marcantes da teorização curricular. Enfatiza ainda que é preciso compreender o currículo como uma construção social sendo um processo elaborado por meio de diferentes conflitos, tomadas de decisões e interesses.

A realidade sociocultural deve ser pensada como elemento, necessariamente, interligada ao currículo, à medida que, a concepção curricular apresentada pela escola esteja voltada para um currículo que abrange as questões sociais, políticas, econômicas vividas pelos sujeitos que constituem esse processo que, portanto, são os definidores deste currículo. Que no caso deste estudo, em específico, é uma escola quilombola.

Assim, essa concepção deve estar atrelada aos elementos socioculturais dos povos quilombolas e, particularmente, à realidade da comunidade Caiana dos Crioulos, onde a escola está ambientada. Dessa maneira passaremos a trazer as falas dos sujeitos que compõem esta comunidade escolar, os quais consideramos chaves, para pensarmos a implementação das Diretrizes da Educação Escolar Quilombola e suas implicações no currículo da Escolar “Firmo Santino da Silva”.

4.1. As principais dificuldades que os professores encontram para a implementação das diretrizes quilombola

Diante dos relatos dos professores⁶, observamos que a educação escolar quilombola se faz presente em debates realizados em seminários, mas sua real efetivação não se concretiza pela falta de apoio dos órgãos responsáveis pela

⁶ O corpo docente pesquisado é formado por um professor e cinco professoras, todo são graduados e a maioria especialistas. Uma das professoras é da comunidade e foi aluna da Escola Firmo Santino da Silva.

educação no município que deveriam dar suporte aos educadores para a implementação das Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Escolar Quilombola, pois o esforço em atender tal documento parte somente dos professores e gestores que sentem a falta de auxílio para que envolva as diretrizes no seu currículo. No relato a seguir os professores expressam essa realidade:

Tenho um certo conhecimento das diretrizes e a grande dificuldade é a falta de acompanhamento de uma pessoa que tenha conhecimento acerca das Diretrizes Curriculares Quilombola dentro da escola, visto que é uma escola inserida numa comunidade quilombola, onde tem um diferencial na questão da oralidade e da cultura. (PROFESSORA 1)

Uma equipe que venha para escola, que sente com os professores e elaborem estudos e projetos norteadores para implementação das Diretrizes Quilombola. (PROFESSORA 2)

Assim é possível dizer que esses dois professores têm conhecimento das diretrizes quilombola e vem buscando metodologias e recursos para implantá-las na escola. Entretanto é visível a necessidade de orientadores pedagógicos, conhecedores da temática que desenvolva junto aos educadores ações pedagógicas voltadas para uma educação quilombola efetiva e para implementação de suas diretrizes no currículo escolar. E existe a necessidade de formações complementares para esses educadores acerca do tema. De acordo a Diretrizes curriculares Quilombolas.

Art. 53 A formação continuada de professores que a atuam na Educação Escolar Quilombola deverá:

- I- ser assegurada pelos sistemas de ensino e suas instituições formadoras e compreendida como componente primordial da profissionalização docente e estratégias de continuidade do processo formativo, articulada à realidade das comunidades quilombolas e à formação inicial dos seus professores;
- II- ser realizada por meio de curso presenciais ou a distância, por meio de atividades e cursos de atualização, aperfeiçoamento, especialização, bem como programas de mestrados e doutorados;
- III- realizar cursos e atividades formativas criadas e desenvolvidas pelas instituições públicas de Educação, cultura e pesquisa, em consonância com os projetos das escolas e dos sistemas de ensino;
- IV- ter atendidas as necessidades de formação continuada dos professores pelos sistemas de ensino, pelos órgãos próprios e instituições formadoras de pesquisas e cultura, em regime de colaboração. (BRASIL,2012, p. 492)

Nesse contexto, os sistemas de ensino deverão estimular a criação e implementar programas de formação continuada de professores para a atuação em escolas quilombolas e que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas.

A educação quilombola e as diretrizes vem sendo debatidas, se faz necessário uma pessoa conhecedora da temática para orienta-nos, o professor pode até buscar conhecimento precisa de ajuda. E a escola tem material voltado para temática que o Governo Federal envia. (PROFESSORA 3)

Não conheço as diretrizes quilombola, até porque só faz alguns meses que estou lecionando na escola. (PROFESSOR 6)

É notório e urgente a necessidade de se implementar na Escola “Firmo Santino da Silva” uma proposta educacional pautada em princípios da Educação Quilombola, de modo a se viabilizar: o conhecimento da história da própria comunidade, no contexto da história do município e das histórias e cultura afro-brasileira e africana; a construção e o resgate da identidade negra e quilombola, da autoestima e seu orgulho de ser da comunidade; a aprendizagem de conteúdos e saberes da sua comunidade, a exemplo da oralidade, memória, ancestralidade, territorialidade, religiosidade, musicalidade, a formação continuada dos seus educadores e a melhoria no seu espaço físico.

4.2. Os avanços no currículo da escola após a elaboração do Projeto Político Pedagógico

O Projeto Político Pedagógico, expressão da autonomia e da identidade escolar, é uma referência importante na garantia do direito a uma educação escolar diferenciada, devendo apresentar os princípios e objetivos da Educação Escolar Quilombola de acordo com as diretrizes curriculares instituídas nacional e localmente, bem como as aspirações das comunidades quilombolas em relação à educação escolar. Portanto, devem ser, elaborados pelos professores em articulação com toda comunidade educativa, lideranças, pais, mães ou responsáveis pelo aluno, os próprios educandos de todas as etapas e modalidades da educação quilombola existentes na escola.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Firmo Santino da Silva, começou a ser construído em maio de 2012 com a colaboração da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Campus Guarabira, através do Departamento de História. No entanto, a discussão sobre PPP teve início em 2010, com a realização do projeto de extensão: “Cidadania e identidades negras nas escolas: os conteúdos de história e cultura afro-brasileira no currículo escolar”; curso de formação desenvolvido através do Departamento de História desta instituição de ensino superior. Na época de realização de tal formação, professores (as) viram a necessidade de se construir um projeto que contemple a realidade da escola e lhes possibilitassem inserir no currículo escolar os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana. (Projeto Político Pedagógico da Escola Firmo Santino,2012)

As questões referentes ao PPP (2012) e ao currículo têm se constituído em frequente alvo de atenção de gestores, professores, pais, estudantes e demais membros da comunidade escolar. Dentro deste contexto de reflexões sobre o PPP e o currículo, o Projeto Político Pedagógico da Escola “Firmo Santino da Silva”, visa contemplar a realidade da comunidade expressa no cotidiano escolar e possibilitar a inserção no currículo dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana. A comunidade possui uma cultura fundamentada no repertório afro-brasileiro e rural, onde a maioria da sua população é de negros e negras. A rica experiência de luta pela terra, pela preservação dos costumes e valorização dos ensinamentos, passados de geração, em geração não pode estar ausente da educação.

A partir de então ficou definido no PPP que tal repertório passaria a ser contemplado, valorizado e respeitado nos conteúdos ensinados, materiais didáticos utilizados e nas práticas pedagógicas desenvolvidas na escola. Os depoimentos de professores expressam o entendimento que os mesmos possuem acerca do PPP da escola e seu currículo:

O PPP da escola foi elaborado de acordo com as normas da lei, não contempla as diretrizes quilombola, mas foi organizado voltado para uma escola quilombola, onde a maioria da população é negra. Apesar que a comunidade escolar não faz estudo do PPP. E o mesmo está desatualizado. (PROFESSOR 5)

Podemos perceber na fala do professor uma divergência em relação à formulação do PPP da escola. Se ele foi organizado na forma da lei para uma escola quilombola e não contempla as diretrizes curriculares quilombola. Surge um questionamento: porque as diretrizes não foram inseridas no Projeto Político

Pedagógico da Firmo Santino? Segundo o Professor 5, “as diretrizes quilombolas ainda não tinha sido sancionada no momento da elaboração do PPP”. Assim, torna-se necessário a atualização do mesmo para que ocorra a implementação das diretrizes no currículo da escola.

Devem atualizar o PPP com as diretrizes curriculares quilombola e um currículo direcionado para a nossa escola quilombola e adequar o calendário escola na especificidade da comunidade. (PROFESSOR 4)

E continua dizendo que “ainda temos poucos encontros para discutir o currículo” (PROFESSOR 4).

Assim é necessário trabalhar no espaço escolar a construção de um currículo que aborde as especificidades e diversidades da comunidade. Tal reflexão nos leva a pensar como o debate epistemológico do currículo pode ser colocado diante das demandas do grupo social quilombola. A relação epistemológica e currículo escolar quilombola, faz-se refletir dentro da possibilidade de mudanças e percepção de que o conhecimento teórico se alia aos conhecimentos empíricos. Esse processo deve atingir os currículos, compreendendo que:

E nesse contexto que se encontra a demanda curricular de introdução obrigatória do ensino de História da África e das culturas afro-brasileira nas escolas de educação básica. Ela exige mudança de práticas e descolonização dos currículos da educação básica e superior em relação à África e aos afro-brasileiro. Mudanças de representações e de práticas. Exige questionamento dos lugares de poder. Indaga a relação entre direitos e privilégios arraigada em nossa cultura política e educacional, em nossas escolas [...] (GOMES, 2012, p.100).

A obrigatoriedade de inclusão da História e Cultura Afro-brasileiro e Africana nos currículos da educação básica trata-se de decisão política com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com essa medida, reconhece-se que é preciso valorizar devidamente a cultura e a história de seu povo. A relevância do estudo de temas não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos brasileiros.

Em relação às práticas educativas que pressupõe valorizar a diversidade étnico-racial, dois professores compreendem que nas suas práticas busca essa prerrogativa, conforme expressam em suas falas:

Nós fazemos atividades voltadas para a cultura afro-brasileira, até porque o nosso PPP contempla essa temática. Apesar que sentimos falta de um planejamento que envolva a educação quilombola. A gente pesquisa corre atrás de material sobre o tema para desenvolver as atividades com os nossos alunos. (PROFESSORA 1)

O município já teve formação continuada em Educação Étnico-racial para os professores em parceria com a UEPB. Então busco utilizar esses conhecimentos adquiridos na formação em sala de aula e tento não folclorizar a cultura do povo quilombola. Infelizmente nunca tivemos uma formação para a Educação Quilombola. (PROFESSORA 5)

É uma escola quilombola, alunos quilombolas e está concentrada em um espaço quilombola, entretanto o currículo ainda é o nacional que busca homogeneidade. (PROFESSOR 4)

Os professores podem buscar possibilidades e atividades que contribuam com as aprendizagens sugeridas no currículo escolar. Dessa maneira, eles conseguem cooperar em outras ações empreendidas pela comunidade escolar.

Foto 4 Atividade desenvolvida para a valorização da cultura étnico-racial



Fonte: Arquivo Pessoal Joseane Brito 2015

O projeto desenvolvido pela professora 1 tem como objetivo compreender a riqueza da diversidade étnica e cultural, valorizando o ser humano, ajudando-os na reflexão quanto às semelhanças, diferenças étnicas e que possam adquirir um caráter de respeito e aceitação da sua própria condições de afrodescendentes.

Realizamos atividades durante o ano que tenha a ver com a realidade deles, desenvolvemos sequências didáticas e projetos de acordo com a lei 10.639/03 e a 11.645/08, pesquisa sobre a história das raízes quilombola e aula passeio a outra comunidade quilombola. (PROFESSOR 1).

Com base no relato é possível afirmar que os educadores da Escola “Firmo Santino da Silva”, vem buscando caminhos e metodologias para atender o público quilombola em sua prática, contudo o grande entrave é causado pela ausência de um currículo direcionado para a educação quilombola, no qual esses temas sejam rotinas em sala de aula, bem como é na vida dos educandos. Essas práticas devem ser efetivadas na escola para que os alunos compreendam a diferença étnico-racial. Desse modo na escola pesquisa, os professores buscam realizar práticas educativas, como: projetos, sequências didáticas que abordem as relações étnico-raciais e a diversidade cultural, social no ambiente escolar quilombola.

Foto 5 Professor desenvolvendo oficina de turbante



Fonte: Arquivo pessoal Joseane Brito e Luciene Tavares

Percebe-se nesta foto, que através da oficina de turbante o professor vem buscando valorizar a diversidade cultural e tradições da população negra, contribuindo no desenvolvimento da identidade étnico-racial dos seus alunos.

Foto 6 Grupo de dança, alunos da Escola Firmo Santino da Silva



Fonte: Arquivo pessoal de Luciene Tavares 2014

Trabalhar as relações étnico-raciais, tendo como suporte a dança, contribui significativamente para o entendimento e reflexão dos educandos, sobre as riquezas da cultura afro-brasileira e da história africana, permitindo-os a contextualização de mundo.

Realizando as análises, é possível perceber que as estratégias utilizadas pelos professores da escola são através da dança, de sequências didáticas e construção de projetos pedagógicos, afim de aplicarem atividades referentes ao contexto histórico da cultura afro-brasileira, africana e do quilombo.

Foto 7 Comemoração da semana da Consciência Negra



Fonte: Arquivo pessoal de Luciene Tavares 2014

A imagem retrata as atividades desenvolvidas na semana da consciência negra, no período toda a escola se mobiliza para trabalhar a temática em sala e fora dela como, palestra, oficinas, danças e brincadeiras. No decorrer da semana a Escola “Firmo santino” recebe visitas de escola, comunidade e cidades vizinhas.

4.3 A relação comunidade, família e a Escola “Firmo Santino da Silva”

Considerando que toda criança faz parte de uma família e que toda família, além de possuir características próprias, está inserida em uma comunidade, ressaltamos que a família e a comunidade estão incumbidas, juntamente com a escola, da formação de um mesmo cidadão. Portanto, são fundamentais no processo educativo e na elaboração do projeto pedagógico da escola. É importante que a escola valorize e respeite as famílias dos seus alunos e estimule a participação desta no desenvolvimento da educação escolar.

Segundo Freire (1981), a vivência proporciona o conhecimento sócio histórico. A educação é o ato de conhecer e trocar experiências e o conhecimento é contínuo, não deve haver acomodação, mas renovação, aprimoramento. Para Freire,

o homem como ser social é condicionado, mas também construtor, sempre pode aprender mais. Cabe ao educador a liberdade de escolher suas práticas e ensinar o aluno a pensar criticamente e relacionar esse conteúdo com sua vida.

Na escola pesquisada existe, também, um conjunto de relações que a equipe escolar tem estabelecido com diferentes membros da comunidade, entidades culturais, ONG e de amigos que são extremamente importantes para a escola no estabelecimento de suas parcerias. Nos relatos a seguir os educadores expressam essa realidade:

Inclusive fazemos esse trabalho de integração comunidade e escola, essa troca de saberes, que os conhecimentos da comunidade ultrapasse os muros da escola. Quando desenvolvemos atividades na sala de aula em relação ao étnico-racial, como roda de diálogo, danças e fazemos a culminância dessas atividades. Convidamos pais e comunidade a participarem. E os pais são comunicados sobre os trabalhos desenvolvidos na sala. Mas se não os convidar os mesmos não se faz presente. (PROFESSOR 1)

As portas da escola estão abertas para comunidade. A escola se coloca a serviço dela, não só para educação, mas também, como cenário de diversas ocasiões. (PROFESSOR 4)

A integração famílias, comunidade e escola ajudam a dar visibilidade ao trabalho realizado durante as aulas, por isso merecem atenção especial. Pode-se pensar em ações que deixem claro para os pais o que os alunos aprenderam ao fim de cada sequência didática.

O trabalho desenvolvido na sala de aula busca valorizar a cultura local e aprender sobre a sua comunidade. (PROFESSOR 6)

Nos relatos acima, fica expresso que os professores entendem que os trabalhos desempenhados em sala devem estar de acordo com a realidade sociocultural da comunidade. Percebe-se que a escola busca um bom relacionamento com a comunidade, mas é também importante construir condições para que essa relação ocorra e favoreça o desempenho dos alunos. Esses educadores devem estar preparados para trabalhar com as diferenças e para olhar a educação como um direito de todos. O diálogo, o acolhimento e valorização das participações de pais e comunidade na escola, a criação de oportunidade de convivência através de eventos, projetos, reuniões, palestras, enfim, o estabelecimento deste vínculo só vai favorecer o trabalho da escola no seu contexto.

4.4 Análise dos dados

Pretendeu-se com esta análise iniciar reflexões, a partir da discussão da necessidade de uma Educação Escolar Quilombola efetiva garantindo a qualidade de educação e que lhe permita aos alunos dialogar sobre o meio em que vive de forma produtiva.

Ao analisar a implementação das diretrizes curriculares nacionais na Escola “Firmo Santino da Silva” foi possível conhecer as ações educativas desenvolvidas na escola para a formação das relações étnico-raciais e quilombola. Os dados obtidos, por meio das respostas dos professores no grupo focal, indicaram a necessidade de mudanças no currículo escolar. Constatamos que existem práticas que contribuam para a construção da identidade negra dos alunos, porém estas ainda são restritas as datas comemorativas. Assim, há um longo caminho a ser percorrido pelos educadores, em suas práticas educativas e no currículo escolar para que possamos melhor contribuir com uma construção positiva da identidade quilombola.

Portanto, de início identificamos alguns entraves no processo de implementação das diretrizes no currículo escolar quilombola: desconhecimento sobre as diretrizes curriculares quilombola pelos educadores, acompanhamento pedagógico e políticas públicas municipais para efetivação da educação quilombola.

Faz-se necessário investir na qualificação dos profissionais para que eles possam desenvolver práticas coerentes com as necessidades escolares. Os educadores apoderando-se de novos conhecimentos voltados aos anseios dos sujeitos quilombolas podem criar possibilidades do fazer pedagógico e lutarem por melhoria educacional.

Os dados coletados no grupo focal revelaram a necessidade da atualização do Projeto Político Pedagógico para inserir um currículo de acordo com as Diretrizes de Educação Quilombola. E também não podemos deixar de destacar a importância de uma proposta pedagógica para uma comunidade com suas especificidades, elaborada nos princípios de valorização da diversidade cultural e que enfoquem as tradições e crenças.

Portanto, se realmente pensamos pôr em prática uma educação para a diversidade, precisamos, certamente, abarcar a diversidade cultural e social do sujeito presente no ambiente escolar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há como pensar a educação em quaisquer que sejam sua modalidade sem pensar que ela cumpre papéis e funções que podem levar um grupo a determinado lugar. E entendemos que a escola é o palco da construção e atuação das relações sociais e culturais principalmente por meio da relação entre conteúdos propostos pelas diretrizes curriculares e nas práticas sociais entre alunos e educadores que ali atuam.

Ao longo desse estudo levantou-se discussões em relação à Educação Escolar Quilombola, as Diretrizes Curriculares Nacional Quilombola e sua implementação e implicações no currículo da Escola “Firmo Santino da Silva” na comunidade Caiana dos Crioulos.

Neste caso, a pesquisa apresentada a partir de conhecimento científico, com enfoque no processo educacional quilombola, entende este como instrumentos de construção social, político e cultural e trouxe a partir das análises de seus dados, como esse processo escolar está em desenvolvimento.

Por meio da pesquisa percebe-se que as estratégias utilizadas pelos professores da Escola “Firmo Santino” são insuficientes para a implementação das diretrizes quilombolas. Os educadores desenvolvem projeto e sequências didáticas, porém os trabalhos realizados ainda não atendem totalmente os objetivos da Educação Quilombola, apesar de indícios de atividades realizada pela iniciativa de alguns professores. Segundo os professores os motivos pela falta da aplicabilidade das diretrizes no currículo escolar é ausência de conhecimento, acompanhamento pedagógico e atualização do Projeto Político Pedagógico.

E diante do exposto fica evidenciado que apesar dos avanços na educação escolar quilombola, enquanto política que visa um projeto educativo, falta, através dos órgãos educacionais responsáveis, um apoio para que os professores da Escola “Firmo Santino” consigam realizar um trabalho conforme o que está previsto na legislação educacional.

Desse modo, no contexto da pesquisa aqui apresentada é visto que a educação como elemento de cultura, em específico numa comunidade quilombola, conforme apresentada na proposta de estudo, possa ser implementada como

assegura a legislação enquanto um instrumento de construção social, política, econômica e cultural no território quilombola. É necessário garantir que a política seja efetivada a partir da aplicação de um currículo escolar que de fato atenda o que está expresso nas Diretrizes Nacionais da educação Escolar Quilombola.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Ministério da Educação; Brasília-DF;2004.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Quilombola. Resolução nº8, de 20 de novembro de 2012. Brasília: Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica (CNE/CEB).

BRASIL. Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional Brasília: MEC, 1996

BRASIL, Relatório do Comitê Nacional para a Preparação da Participação Brasileira na III Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o racismo, Discriminação Racial, xenofobia e Intolerância Correlata. Brasília, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

CAVALLEIRO, Eliane. Valores civilizatórios: dimensões históricas para uma educação anti-racista. In:BRASIL. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais**. Brasília, DF: SECAD, 2006.

CAVALLEIRO, Eliane. Introdução. In. Brasil. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Racial**. Ministério da Educação e Cultura/ Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização,2006.

CANDAU, Vera Maria. **Sociedade, educação e culturas**. Petrópolis. RJ: Vozes. 2002.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa Qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2010.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. O desafio da diversidade. In: **Experiência étnico- culturais para a formação de professores**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações raciais: Refletindo sobre algumas Estratégias de Atuação. InMunanga, Kabengele. (org). **Superando o Racismo na Escola**. 2º Ed. rev. Brasília: SECAD, 2005. p. 143- 154.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-racial, educação e descolonização dos currículos**: Currículo sem fronteira, v. 12, n.1, p.p. 98-109, jan/abr 2012.

Disponível: [http:// www.curriculosemfronteiras.org/articles.htm](http://www.curriculosemfronteiras.org/articles.htm); acesso: 04 de agosto de 2015.

LIMA, Elvira Souza. **Currículo e desenvolvimento humano**. In: _____. **Indagações sobre Currículo**. Secretaria de Educação Básica. MEC/ Brasília-DF.2006 p. 13-47.

MOREIRA, Antônio Flávio. **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, Antônio F.B; CANDAU Vera M. **Currículo, conhecimento e cultura**.In: MOREIRA, A.F; ARROYO, M. Indagações sobre Currículo do ensino fundamental. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica (MEC), 2006.

MOREIRA, A. F. - MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (Orgs.). **Currículo,cultura e sociedade**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 7-37.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na Escola**.2 ed. Revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e diversidade, 2005. Disponível em: < <http://www.uel.br>> Acesso em 29 de outubro de 2015.

PACHECO, José Augusto. **Escritores Curriculares**. São Paulo: Cortez, 2005.

PEDRA, J. A. Currículo, conhecimento e suas representações. 4. ed. Campinas: Papirus, 2000.

PLACCO, V.M.N.S.; um estudo de representações Sociais de professores do Ensino Médio quanto à AIDS, às drogas, à violência e à prevenção: o trabalho com grupo focais. In. MENIN, M.S.S.; SHIMIZU, A. M. Experiência e representação social: questões teóricas metodológicas. São Paulo: Casa do psicólogo, 2005, p. 295 – 314.

REVISTA, Alagoa Grande em, 150 anos. **Caiana dos Crioulos e suasTradições**.Texto adaptado de original por Josiane Sousa e Luciene Tavares.

SILVA, Dbelma Josefa da. Educação quilombola: um direito a ser efetivado. Recife: centro de Cultura Luis Freire; Instituto Samaúma, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

7. APÊNDICES

APÊNDECE 1

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Estamos desenvolvendo uma pesquisa cujo tema é Educação Quilombola, tendo por objetivo analisar as estratégias utilizadas pelos educadores para a implementação das diretrizes Curriculares da Educação Quilombola e suas implicações no currículo da escola Firmo Santino da Silva na Comunidade Caiana dos Crioulos.

Sua participação é voluntária, não lhe causando nenhum dano a sua qualidade de vida. A qualquer momento, poderá desistir de participar do estudo sem qualquer prejuízo e todas as informações obtidas serão mantidas em sigilo assim como sua identidade.

A pesquisa será realizada através do grupo focal. Destacamos que a entrevista será em grupo e gravada para que não haja perda do conteúdo.

Comprometemo-nos a utilizar os dados coletando-se fotografias somente para a pesquisa e os resultados poderão ser veiculados através de artigos científicos, em revistas especializadas e/ou encontros científicos, sem a identificação do entrevistado. Em caso de dúvidas ou para outras informações, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, Lucineide Inácio da Conceição, pelo telefone (083) 99352- 1161.

Este termo terá duas vias iguais, sendo uma para o sujeito participante da pesquisa ou para seu responsável legal e outro para o arquivo da pesquisadora.

Desse modo, tendo tomado conhecimento sobre o teor da pesquisa concordo em participar dela de forma livre e esclarecida.

APÊNDICE 2**TERMO DE COMPROMISSO**

Eu, _____, residente e domiciliado na _____, portador da Cédula de identidade, RG _____, e inscrito no CPF _____ nascido (a) em ____/____/____, abaixo assinado, declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras sobre as dúvidas por mim apresentadas a propósito da minha participação (direta ou indireta) na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos e benefícios deste estudo.

Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, de livre e espontânea vontade, participar deste estudo, permitindo que o pesquisador relacionado neste documento utilize as minhas informações para fins de pesquisa científica/ educacional, podendo ainda, publicá-las em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não devo ser identificado por nome ou qualquer outra forma.

- () Desejo conhecer os resultados desta pesquisa.
() Não desejo conhecer os resultados desta pesquisa.

Alagoa Grande, _____ de _____ de _____

Assinatura do Participante

Assinatura da Pesquisadora

APÊNDICE 3

Roteiro Grupo Focal

Objetivo: analisar as estratégias utilizadas pelos educadores para a implementação das diretrizes Curriculares da Educação Quilombola e suas implicações no currículo da escola Firmo Santino da Silva na Comunidade Caiana dos Crioulos.

Público alvo: Professores

Perguntas: 07

Grupo: Homogêneo

Moderador: Lucineide Inácio da Conceição

Documentador: Gabriela Lins

Disposição da sala: Em círculo

Apresentação

- Boas Vindas;
- Apresentação do moderador;
- Agradecimento pela participação;
- Auto apresentação dos participantes;
- Termo de Consentimento;
- Papel do documentador.

Técnica: Grupo Focal

Uma técnica de discussão não diretiva em grupo, que reúne pessoas com alguma característica ou experiência comum para discussão de um tema ou área de interesse. Tendo em foco um determinado assunto, a discussão não busca o consenso, mas levantar as diferentes opiniões, atitudes, pensamentos e sentimentos, expressos verbalmente ou não, em um tempo relativamente curto (PLACCO,2005, p.302).

Considerações

- Não é avaliação;
- Não existe resposta certas e erradas;
- Reforçar a importância de todos;
- Preservar confidencialidade dos dados.

APÊNDICE 4

Questionamentos para a formação do grupo focal

- Quais as principais dificuldades que os docentes encontram para implementação das diretrizes quilombola na escola? E se todos têm conhecimentos das diretrizes?

- Quais os avanços no currículo da escola depois da elaboração do PPP? E se contempla as diretrizes?

- O que ainda precisa melhorar?

- Quais os tipos de formação continuada os professores já participaram que contempla a educação quilombola?

- Qual a relação entre a escola, a comunidade e pais? Os mesmos têm oportunidade de participar das atividades desenvolvidas na escola?

- O que a escola faz através de seu currículo para manter a cultura local?

- Os profissionais da escola junto com a comunidade elaboram algum tipo de projeto para valorização da cultura?